



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881 Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagens, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 4

**FEIRAS DA
REFORMA AGRÁRIA,
AGROECOLOGIA E
RELAÇÃO CAMPO E
CIDADE**

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar

Barbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária

Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE

Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular

*Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani,
Daniel Mancio e Andrea Matheus*

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular

Ana Manuela Chã ¹

Carla Tatiane Guindani ²

Daniel Mancio ³

Andrea Matheus ⁴

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo dos seus 33 anos de luta pela terra, contribuiu com o assentamento e a organização de cerca de 350 mil famílias. A conquista da terra é uma questão central para a alteração do modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, que se caracteriza pela concentração fundiária - menos de 1% dos proprietários detêm mais de 45% das terras (IBGE, 2006), pela degradação ambiental e pela exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Com o avanço do agronegócio na agricultura brasileira como modelo hegemônico, a Reforma Agrária clássica realizada em vários países do mundo com o objetivo de desenvolver as forças produtivas e conseqüentemente alterar a estrutura fundiária teve seu ciclo esgotado e se encontra "bloquea-

¹Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp/IPPRI/TerritoriAL); Coletivo de Cultura do MST.

²Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenação do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST.

³Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas/CEUNES/UFES; Agrônomo, com Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, Mestrado e Doutorado em Solos e Produção Vegetal; Coordenação do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST/ES.

⁴Engenheira Agrônoma e Mestre em Agricultura Orgânica pela UFRRJ; Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

da” (MST, 2014). O agronegócio desenvolveu as forças produtivas abrindo mão da segurança e soberania alimentar do povo brasileiro. Apoiando-se apenas na produção voltada para o mercado externo de matérias-primas e commodities, aprofundou ainda mais a dependência econômica em relação aos países centrais (MANCIO, 2012). As monoculturas e o uso excessivo de agrotóxicos são elementos fundantes desse modelo que degrada ambientalmente e exclui socialmente.

Desse modo, a luta pela Reforma Agrária se insere em um momento histórico que exige nova abordagem da organização social. A Reforma Agrária tem agora o papel de desenvolver as forças produtivas em outra concepção, que aponte para a superação do modelo hegemônico de agricultura no campo, o agronegócio, indo além da mera redistribuição de terras.

Desse modo, além da reorganização da estrutura fundiária sob a lógica da agricultura familiar e camponesa, desconcentrando terra e renda, e gerando trabalho a atores antes relegados (jovens e mulheres), impõe-se a contingência de produzir alimentos saudáveis em quantidade e qualidade para toda a sociedade, enfrentando o modelo de desenvolvimento capitalista no campo, que tem como premissa apenas a produção de lucros.

Nessa nova perspectiva de atuação e organização política da luta pela Reforma Agrária, o MST construiu a concepção de Reforma Agrária Popular. O termo traz em seu conteúdo a clareza de que a luta pela Reforma Agrária deve ser compreendida por todos, no campo e na cidade, como uma luta comum. A produção de alimentos saudáveis, a conservação da natureza e da biodiversidade se tornam pautas comuns para todos os trabalhadores e trabalhadoras, e impõe novos desafios aos assentamentos: construir dentro de cada lote familiar agroecossistemas que tenham uma expectativa de produção baseada nos princípios da agroecologia e da cooperação. Além disso, o conceito traz consigo também o desafio do necessário diálogo com a sociedade, mostrando que, além da produção de alimentos saudáveis, a organização dos territórios de Reforma Agrária abarca a produção de cultura, de arte, de conhecimentos, de organização, de educação, de saúde, de novas relações de gênero e de solidariedade.

Para Silva (2016), a proposta de Reforma Agrária Popular incide sobre questões fundamentais dos camponeses e camponesas, diretamente relacionadas com as necessidades de toda a sociedade, portanto a construção dessa proposta possui um caráter popular.

As feiras da Reforma Agrária, sobretudo as nacionais, cumprem o papel de dialogar e disponibilizar para a sociedade em geral, especialmente a das cidades, “os Frutos da Reforma Agrária” na sua forma mais ampla, passando pela produção de alimentos saudáveis e ampliando para a produção de uma cultura que objetiva a construção de uma nova sociedade, pautada pelos valores humanistas e não pelo mercado.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as experiências de realização das Feiras Nacionais da Reforma Agrária no contexto estratégico da luta do MST no atual momento histórico repleto de desafios, e apontar os próximos passos a serem dados no panorama da Reforma Agrária Popular.

O papel dos assentamentos no contexto da Reforma Agrária Popular

A luta pela implantação da Reforma Agrária Popular conta com grandes desafios a serem enfrentados com o intuito de alcançar a missão a que ela se propõe, composta de dois pontos fundamentais e indissociáveis: 1. produzir alimentos saudáveis de forma massiva para atender às necessidades do povo brasileiro e 2. recuperar e proteger os bens naturais, como a terra, as sementes, a biodiversidade, a água e as matas existentes nesses territórios. Destaca-se ainda a necessidade de ampliação do diálogo com a sociedade, denunciando as mazelas do capitalismo, sobretudo no contexto rural, e anunciando um novo projeto de desenvolvimento para o campo como parte do processo de construção de uma sociedade justa.

As consequências desastrosas do atual modelo de agricultura apontam para a urgência da construção de outras bases de desenvolvimento que

considerem a necessidade e a implementação de mudanças estruturais das quais a Reforma Agrária possa fazer parte, indo além da simples política de criação de assentamentos.

A crescente contradição ocasionada pelo modelo agrícola convencional, que leva ao descompasso entre a produção de alimentos e as necessidades básicas da população, é um ponto central. Os sistemas agroalimentares são dominados por empresas transnacionais comandadas por grandes corporações, sendo totalmente globalizados e voltados para a geração de lucro e acumulação de capital (CAPORAL, 2009).

As ações voltadas para o fortalecimento desses sistemas agroalimentares resultam na subordinação da agricultura familiar camponesa às grandes cadeias agroindustriais, fragilizando diversas dimensões (econômica, cultural, política, produtiva, dentre outras) das famílias agricultoras (PETERSEN, 2012).

Por outro lado, na perspectiva da Reforma Agrária Popular, os assentamentos devem constituir-se instrumentos de democratização da terra, mas sobretudo “territórios” de enfrentamento ao modelo hegemônico do capital no campo, denominado agronegócio. Os assentamentos, como força política e social, devem construir na prática as possibilidades de novas relações sociais de produção, ancoradas em outros valores que vão contra a lógica dominante de acúmulo irrestrito de capital em detrimento da vida.

Além disso, a transição agroecológica é um dos desafios centrais enfrentados pelo MST na construção das estratégias da Reforma Agrária Popular, mostrando-se necessário desenvolver novas formas de produzir, novas formas de se relacionar com a natureza, compreendendo o processo de coevolução homem/ambiente (ALTIERI, 1999).

As potencialidades e os desafios no contexto dos assentamentos passam necessariamente pela compreensão do cenário da questão agrária brasileira e da realidade sociocultural das famílias, dadas as condições estruturais e ambientais que limitam o processo de instalação e desenvolvimento dessas comunidades. Compreender os assentamentos como territórios, segundo Me-

deiros e Leite (2002), implica em perceber as diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que são forjadas como um processo e que geram impactos concretos na região em que estarão inseridos.

Tais assentamentos representam a possibilidade de acesso à terra, diminuição do êxodo rural, geração de emprego, renda, melhoria das condições de vida de famílias antes marginalizadas, por meio da educação, saúde, participação política, novas relações de gênero, maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares. Além disso, abre-se a possibilidade de circuitos alternativos de comercialização, entre eles os circuitos curtos, nos quais o produtor de alimentos se encontra com os consumidores por meio de vendas diretas (LEITE et al., 2007), como nos casos das feiras.

Assim, novos arranjos e práticas sociais surgem em tal contexto, e quando se incorpora o elemento da ação coletiva e da cooperação no cotidiano das famílias assentadas, a exemplo dos núcleos de produção, da criação de cooperativas, implantação de unidades agroindustriais, organização da comercialização e da formação política, verifica-se a ampliação da capacidade de resistência e o fortalecimento político-organizativo e econômico desses territórios.

Experiências de produção de alimentos em assentamentos de Reforma Agrária com base na diversificação do sistema produtivo têm sido consideradas estratégias de resistência a partir do estabelecimento de outra relação com o agroecossistema, entre produtores e consumidores (ALMEIDA, 1999).

O esforço por compreender o projeto de Reforma Agrária Popular que vem sendo concebido e construído tem a intenção de fornecer subsídios dos diversos aspectos que contribuem para a compreensão da importância de instrumentos político-organizativos e de resistência. Dentre esses instrumentos, surgem as Feiras da Reforma Agrária organizadas pelo MST, que vêm ocorrendo em âmbito nacional e que têm cumprido importante papel no sentido de pautar o debate da Reforma Agrária Popular, mostrando para a sociedade os "Frutos da Reforma Agrária" e fortalecendo a relação campo/cidade.

As experiências realizadas

Uma das principais diretrizes das Feiras Nacionais é apresentar e debater com a sociedade a necessidade e importância do projeto de Reforma Agrária Popular como instrumento de democratização do acesso à terra e de garantia das condições produtivas e de vida das famílias assentadas. Tal projeto pode garantir a produção de alimentos saudáveis e acessíveis à população, proteger o meio ambiente e enfrentar o modelo do agronegócio.

De forma geral, as Feiras Nacionais se orientam basicamente por cinco aspectos: 1. exposição e comercialização de produtos da Reforma Agrária com qualidade, quantidade e preços justos; 2. confecção, comercialização e degustação de pratos típicos de cada região nos espaços "Culinária da Terra"; 3. seminários formativos proporcionando a socialização de conhecimentos, a capacitação técnica e política, e o debate em torno de temas relacionados com a construção de um novo modelo de produção para o campo e a Reforma Agrária Popular; 4. apresentação cultural das famílias camponesas interagindo com as apresentações culturais que são produzidas pelos trabalhadores, trabalhadoras e jovens urbanos, ocasião em que todos trazem consigo um histórico de produção de arte e cultura que muitas vezes é ignorada e até mesmo desvalorizada; 5. diálogo e troca de experiências entre os feirantes e entre os consumidores.

Desde 2015 o MST já realizou três Feiras com caráter nacional e que tiveram representação dos 24 estados onde o movimento popular está organizado, envolvendo a participação de assentamentos, acampamentos, associações e cooperativas. Todas as edições tiveram grande presença de consumidores, visitantes, incluindo organizações sociais, redes de consumidores e de produtores dos locais em que foram realizadas.

A primeira e a maior dessas experiências organizadas pelo MST ocorreu em outubro de 2015 na cidade de São Paulo, no Parque da Água Branca, reunindo 800 agricultores e agricultoras e cerca de 150 mil consumidores e visitantes durante os quatro dias do evento. Ao todo, foram comercializadas 220 toneladas de produtos, com uma diversidade de cerca de 800 itens e a

participação de 80 entidades, entre cooperativas e associações de diversos acampamentos e assentamentos ligados ao MST de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal.

A II Feira Nacional ocorreu em junho de 2016 na cidade de Maricá, estado do Rio de Janeiro, durante o Festival Internacional da Utopia, organizado por redes culturais e movimentos sociais em parceria com a Prefeitura Municipal de Maricá. O evento reuniu cerca de cinco mil pessoas de 36 países com o intuito de debater temas centrais (meio ambiente, economia, cultura, relações humanas e Estado) na visão da construção de um mundo mais justo e igualitário.

As atividades aconteceram em espaços como a Tenda dos Pensadores (palestras), Encontro Internacional de Teatro, Encontro Internacional da Juventude e Tenda da Diversidade. Foi nesse contexto de internacionalismo que ocorreu a Feira Nacional da Reforma Agrária e Economia Solidária, com a participação de 200 agricultores e agricultoras de diversos assentamentos e cooperativas do MST de sete estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e integrantes de organizações vinculadas à Economia Solidária do estado do Rio de Janeiro, comercializando mais de 90 toneladas de produtos.

A terceira experiência ocorreu em julho de 2016 na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, durante o Festival Nacional de Arte e Cultura do MST, que teve por objetivo apresentar as expressões de arte e cultura surgidas no processo de luta e resistência das famílias sem terra.

A atividade teve a participação de cerca de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais oriundos de 19 estados do Brasil, e reuniu eventos como a I Mostra Nacional de Poesia "Versando Rebeldia" e o II Festival Nacional de Música da Reforma Agrária, com o tema "Da luta brotam vozes de Liberdade", além de ter contado com a participação de aproximadamente 58 mil visitantes durante os cinco dias do evento.

A realização da Feira Nacional da Reforma Agrária no contexto do Festival possibilitou a exposição e a comercialização de mais de 160 tonela-

das de produtos, das áreas de assentamentos, acampamentos e 32 cooperativas e associações de 14 estados do país vinculadas ao MST.

Nos espaços de exposição e comercialização instalados nas Feiras Nacionais encontra-se uma diversidade de produtos, incluindo agroecológicos e orgânicos, tais como: in natura (olerícolas, hortaliças, grãos, frutas, ervas medicinais), processados (doces, compotas), agroindustrializados (arroz, sucos, cachaça, feijão, café, mel, derivados da cana e do leite), fitoterápicos/fitocosméticos (xampus, condicionadores, pomadas, óleos essenciais).

Como expressão da diversidade produtiva e alimentar, destacam-se ainda as barracas de “Culinária da Terra”, espaços onde são elaboradas e servidas comidas típicas regionais produzidas com alimentos dos assentamentos e acampamentos. Esses espaços reforçam o caráter cultural e político da feira e trazem consigo saberes, tradições e identidade das famílias camponesas.

Por outro lado, os seminários formativos realizados discutem temas relacionados à importância da produção de alimentos saudáveis, aspectos da cooperação, agroindustrialização, comercialização, educação, cultura, dentre outros temas que permeiam o cotidiano dos assentamentos. Os seminários são abertos para a sociedade e organizados em oficinas e debates, permitindo que as Feiras sejam também um espaço de formação, troca de saberes e práticas culturais.

As formas de organização cultural têm sido diversas, em geral contemplando pequenos palcos perto dos espaços da culinária da terra, ou das próprias barracas de comercialização, apresentações itinerantes de teatro, artes circenses e música, exposições de artes plásticas e fotografias, palcos maiores onde foram realizadas apresentações musicais ao final da tarde ou à noite.

A integração entre feira de produtos agrícolas e atividades culturais não foi algo que surgiu com as Feiras Nacionais. Processos semelhantes já haviam sido experimentados pelo MST nas Semanas Nacionais da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária (2002 - RJ, 2004 - PE, 2008 - PA) e nos V e VI Congressos Nacionais do MST, respectivamente em 2007 e 2014, em Brasília.

No último Congresso Nacional do MST (2014), a Feira da Reforma

Agrária, realizada em Brasília, assumiu um caráter verdadeiramente nacional, com a organização de cinco grandes tendas/espços de cada região do Brasil, que possibilitaram a celebração e o intercâmbio da diversidade cultural por meio da música, das comidas típicas, da ornamentação, do artesanato, etc.

Essa experiência permitiu a quem visitou a feira conhecer um pouco do modo de vida dos camponeses e camponesas de cada localidade do país, verificar a existência de influências de culturas muito distintas e também tomar conhecimento dos enormes desafios colocados, nomeadamente o de fugir da lógica homogeneizante da cultura globalizada em todas as dimensões da vida.

O sucesso e os limites de cada uma dessas experiências aportaram uma série de reflexões e ensinamentos que serviram de orientações para a organização das Feiras Nacionais subsequentes, mesmo que cada uma tenha tido suas especificidades.

Na I Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em São Paulo, deu-se destaque para as expressões artísticas da região Sudeste, onde a cultura camponesa de raiz está em permanente diálogo com as expressões artísticas de caráter mais urbano. Muitos parceiros da Reforma Agrária se juntaram a essa grande festa, trazendo, por exemplo, além das folias de reis, o rock pelas cordas da viola caipira, o hip hop, que denuncia as mazelas do agronegócio, e as brincadeiras de roda ressignificadas pelo espaço urbano.

No caso da Feira da Reforma Agrária que integrou o Festival da Utopia em Maricá, a organização das atividades culturais foi fortalecida com a participação de grupos internacionais, mas a diferença de idioma não afastou os consumidores que se encantaram com a apresentação de teatro do oprimido do grupo de atores-camponeses indianos Jana Sanskriti em pleno espaço da feira, entre muitas outras atividades.

Em Belo Horizonte, a Feira da Reforma Agrária serviu de cenário para um grande festival de música e de poesia popular, compondo uma grande celebração da cultura da classe trabalhadora e apontando para a realidade possível de um mundo mais humano, soberano e justo.

As Feiras da Reforma Agrária e o diálogo com a sociedade

Em diversos estados nos quais o MST está organizado há algum tempo já ocorrem feiras estaduais e regionais, sempre muito bem-aceitas pela população das cidades. Entretanto, a primeira experiência em São Paulo foi um marco histórico para o MST. A realização de uma feira nacional em uma das principais cidades do país causou algum receio inicial, pois a entidade não tinha tradição na organização de atividades dessa natureza e porte, além da participação em pequenas feiras de orgânicos. Surpreendentemente todos os espaços propostos e organizados durante a Feira foram bem-aceitos pela população, que compareceu e participou massivamente. Entre outros elementos, a feira conseguiu colocar na pauta o debate sobre a importância da Reforma Agrária Popular para a produção de alimentos saudáveis para a sociedade.

A realização de Feiras Nacionais em espaços onde ocorrem debates no campo político, econômico, ambiental e cultural, a exemplo do Festival Internacional da Utopia em Maricá/RJ e do Festival de Arte e Cultura da Reforma Agrária em Belo Horizonte/MG, foi considerada muito oportuna e fundamental, uma vez que o tema da alimentação saudável se insere no contexto da cultura e resistência camponesa e é avaliado pelo MST como um ato político.

No caso de Maricá, a feira conseguiu atrair a atenção de participantes do mundo todo que, além de poderem ver, comprar e saborear produtos da Reforma Agrária, puderam também estabelecer relações para além das fronteiras brasileiras, dialogando a partir da experiência concreta da produção e comercialização.

Outro aspecto significativo percebido nas Feiras Nacionais foi o processo da organização produtiva das famílias assentadas e acampadas, cuja missão e grande desafio prévio constituía na necessidade de se prepararem para ter produção suficiente para expor e comercializar diretamente com o consumidor.

Neste ponto, é importante destacar que o processo envolve desde o planejamento e organização da produção nos assentamentos, acampamentos, associações e cooperativas, para que seja possível colher os produtos

nos períodos certos, como no caso de hortifrúti, até a qualificação dos processos agroindustriais e de comercialização. Em tal contexto, percebeu-se também a preocupação dos agricultores com a aparência dos produtos, a embalagem e o desenvolvimento de marcas próprias e rótulos.

Observa-se que todo esse esforço acumula-se para além do “evento feira” e consolida uma vontade, um anseio das famílias em construir essas relações e desenvolver a produção nas mais diferentes esferas, inclusive nos aspectos de gestão e cooperação ⁵. Isso faz com que as feiras não sejam meros “eventos” e sim processos que acumulam no desenvolvimento e organização produtiva e cultural das famílias sem terra.

As feiras revelam a diversidade produtiva dos assentamentos e reforçam a importância da agroecologia, uma vez que proporcionam a valorização de práticas agrícolas que se fundamentam em uma lógica contrária à dos pacotes da agricultura convencional e contribuem para a valorização do conhecimento dos camponeses e camponesas e para a produção diversificada de alimentos. Além disso, permitem trazer a lume a possibilidade de produção de alimentos socialmente justa, ambientalmente saudável e direcionada às necessidades de alimentação humana.

Tais aspectos fomentam na sociedade o debate sobre a necessidade de uma matriz produtiva e tecnológica do ponto de vista da soberania e da segurança alimentar, que esteja na contramão da lógica produtiva do agro-negócio que preza pelas grandes monoculturas e o uso intensivo de insumos químicos sintéticos e agrotóxicos.

⁵Vale ressaltar que a busca por organizar a produção por meio da cooperação, aprofundando os processos de gestão, é um grande desafio estabelecido pelo MST, que busca a formação de jovens de todo o Brasil a partir dos cursos que promove. O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) desenvolvem um papel fundamental nesse processo, pois têm como objetivo “educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST” (ITERRA, 2001, p. 5). Destaca-se aqui o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), que já está em sua 16ª turma, tendo formado cerca de 800 técnicos. A escola está localizada na cidade de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul.

A comercialização a partir da visão das Feiras Nacionais é compreendida como um ato de afirmação social e política da identidade camponesa e possibilita o debate sobre a importância da diversificação de canais de comercialização. Os produtos são comercializados diretamente por quem planta e produz, valorizando alimentos oriundos dos mercados locais, fortalecendo arranjos produtivos regionais que reduzem os custos e os impactos sociais e ambientais da produção e comercialização, e melhorando a qualidade do alimento ofertado à sociedade.

Na relação direta estabelecida com o consumidor, sem a presença dos chamados atravessadores⁶, os agricultores e agricultoras sentem-se valorizados pela aceitação dos produtos e pela troca de experiências proporcionada, uma vez que ocorre a divulgação da produção de alimentos e da realidade social, cultural e organizativa dos assentamentos de Reforma Agrária. Consequentemente, isso favorece a elevação de sua autoestima e afirmação da identidade camponesa.

No processo de realização das feiras, os produtos não comercializados são organizados e destinados à doação para entidades e/ou comunidades urbanas que se articulam com o MST, como a Associação das Mulheres da Comunidade da Pedreira em Belo Horizonte, em que cerca de 40 famílias organizadas foram contempladas com os produtos da feira ali realizada. A solidariedade constrói unidade entre trabalhadores do campo e da cidade e cria condições para romper com preconceitos e com a própria estigmatização/criminalização sofrida pelo MST por meio da mídia tradicional, comprometida com os projetos das elites.

Em outras situações, como em Maricá, os produtos não comercializados diretamente foram negociados com o mercado local (restaurantes, lanchonetes, etc.), assim como vendidos para entidades públicas a fim de atender a demandas das escolas, hospitais e comunidades carentes, propiciando também a relação com os trabalhadores urbanos.

⁶Comerciantes intermediários que compram produtos dos agricultores e os revendem para outros comerciantes (varejistas) ou diretamente aos consumidores, apropriando-se de parte da renda fruto do trabalho da família. Essa relação comercial retira do agricultor a chance de aferir preços justos para os produtos.

Nas três feiras realizadas, a participação das mulheres foi predominante, representando cerca de 60% dos feirantes/expositores. A participação dos jovens também foi expressiva, com cerca de 30% do total de participantes/expositores de até 29 anos (CABRA, 2015).

Nesse aspecto, as feiras demonstram ser importantes espaços de participação desses sujeitos – mulheres e jovens – que muitas vezes não aparecem nas relações de produção, apesar de historicamente serem fundamentais na produção de alimentos diversos e saudáveis, assim como artesanatos e fitoterápicos, gerando trabalho cooperado e renda familiar. Tais aspectos reforçam a importância das mulheres e jovens na construção da soberania e segurança alimentar, no debate político e cultural e no processo organizativo das famílias sem terra.

O trabalho cooperado desenvolvido por meio das cooperativas, associações e grupos coletivos no processo de produção, organização e agroindustrialização dos produtos/alimentos contribui significativamente para a geração de trabalho e renda para famílias assentadas.

Esse processo, fruto do acúmulo organizativo das famílias vinculadas ao MST, esteve fortemente representado por diversas experiências desenvolvidas em todo o Brasil e indica a importância do fomento ao trabalho cooperado, no sentido de avançar na transformação das relações produtivas e humanas.

As Feiras Nacionais trouxeram ainda como resultado o incentivo à realização de diversas feiras da Reforma Agrária em âmbito estadual e regional em estados que ainda não tinham essa tradição, irradiando a concepção de feiras com características mais amplas do que apenas a comercialização de produtos. Isso pode ser percebido com as várias feiras estaduais que ocorreram em mais de 10 estados no ano de 2016, buscando, acima de tudo, grandes festas da cultura brasileira. Cultura é aqui entendida no sentido mais original da palavra, do cultivo da terra, da produção agrícola que daí advém, mas também de toda a organização da vida, da cultura da preparação da comida, da partilha dos conhecimentos, das expressões artísticas e festivas dos povos.

Ao realizar as feiras, tanto em âmbito local quanto nacional, o MST procura consolidá-las como expressões de um novo projeto de sociedade, de caráter coletivo, popular, não só para o campo, mas também para as cidades, propondo uma profunda reflexão e ruptura com os valores e padrões de vida impostos pela sociedade capitalista.

Desse modo, as feiras da Reforma Agrária buscam ser espaços de reafirmação da coletividade, dos vínculos entre as tradições, os costumes e a modernidade entre o campo e a cidade, da urgência de uma relação harmoniosa com o meio ambiente e entre os seres humanos, do alimento como cultura e não como mercadoria.

Historicamente, as feiras sempre cumpriram um papel para além das trocas comerciais. Revelaram-se também como pontos de encontro, locais de afirmação de identidades, de celebração e festejos. São espaços do convívio, da prosa, das rodas de conversa e de música, de representação do mundo rural, onde não é possível separar as dimensões do trabalho, do sagrado, do doméstico, do lúdico e do político (VILLAS BÔAS; CHÃ, 2016).

No que diz respeito especificamente às feiras realizadas pelo MST, a organização da dimensão cultural, artística e formativa tem-se destacado. Esses eventos constituíram-se espaços privilegiados de integração, dialogando diretamente com o imaginário e as memórias de boa parte da população urbana que tem suas raízes no meio rural. Por tudo isso, a cultura, a arte, a produção e a culinária presentes nas feiras da Reforma Agrária não são algo à parte, um adorno ou um chamariz para atrair consumidores. São parte integrante do projeto de Reforma Agrária Popular e por isso fazem parte de uma cultura de luta e de resistência, parte de um projeto de sociedade que conecta passado, presente, futuro; campo e cidade; mulheres, homens e outras dimensões da diversidade sexual e de gênero; crianças, jovens, adultos e idosos, numa construção coletiva da vida (MST, 2016).

Considerações finais

As Feiras Nacionais da Reforma Agrária, tema deste artigo, ocorreram em um cenário de profunda crise política, econômica e social no Brasil, em que se consumava um golpe de Estado, a partir do qual um governo ilegítimo seria alçado ao poder, iniciando um processo violento e veloz de retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e de acirramento da criminalização dos movimentos sociais e das iniciativas de construção de poder popular.

O setor do agronegócio, como modo de produção hegemônico, apesar das contradições em que essa mesma crise o coloca, apoia e se fortalece com esse novo momento político.

Nas cidades, embora ainda subsistam algumas formas de feiras livres, os espaços privilegiados de comercialização da produção agrícola são os grandes supermercados, e as feiras/festas associadas a esse modelo de produção são agora os grandes eventos agrícolas - exposições agropecuárias, rodeios, festas temáticas, etc. Esses eventos cumprem com o importante papel de fortalecer a imagem do setor como projeto único para o campo brasileiro e reafirmar a total integração da cadeia produtiva com o sistema financeiro, a mídia, a cultura, reafirmando os valores do individualismo, empreendedorismo e consumismo (CHÁ, 2016).

Por isso, a grande afluência de participantes do campo e da cidade faz com que as feiras da Reforma Agrária tornem-se espaços de resistência popular, de confrontação, de ruptura e superação do modelo hegemônico de produção, o agronegócio, a manifestação do capitalismo no campo. São espaços que propõem a criação e reafirmação da possibilidade de outras formas de sociabilidade e de fortalecimento da organização social contra as medidas regressivas à democracia, numa perspectiva de construção de um projeto popular.

Fortalecer a agricultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis e diversificados com base nos princípios da agroecologia é uma demanda da sociedade do campo e da cidade. As Feiras da Reforma Agrária organizadas pelo MST estão comprometidas com esses aspectos e, portanto,

estabelecem um importante diálogo com a sociedade em geral, mostrando “os Frutos da Reforma Agrária”. Demonstram a alimentação com diferentes cores, cheiros, sabores, saberes e musicalidades, entre as várias outras formas de expressão da complexidade e riqueza da cultura camponesa.

A realização das Feiras Nacionais tem representado a construção de um espaço de luta e de expressão da identidade camponesa, que se manifesta pela organização das famílias, organização da produção na diversidade dos alimentos e cuidado com a terra, da música/dança, da troca de conhecimentos, dentre outros aspectos que materializam o contexto da Reforma Agrária Popular ainda em construção.

A partir das experiências realizadas e das avaliações internas do MST, percebe-se que as Feiras são uma estratégia acertada e, portanto, a opção é por mantê-las nacionalmente, realizando-as todos os anos, tornando-as parte da identidade do MST na relação campo/cidade, no diálogo sobre os alimentos saudáveis e sobre a cultura brasileira. Além disso, as feiras devem ser estimuladas em todos os estados e regiões como mais um mecanismo para denunciar as mazelas do agronegócio e anunciar a agricultura camponesa, diversa, rica, culturalmente complexa e bonita, mostrando os frutos da Reforma Agrária e disputando o projeto de desenvolvimento do campo nos territórios.

Referências

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999, 216 p.

CABRA - CASA BRASILEIRA DE PESQUISA E COOPERAÇÃO. **Feira Nacional da Reforma Agrária**: relatório narrativo, 2015. Não publicado.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009, 27 p.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/144217>>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006** - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. RJ, 2009.

ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA. Instituto de Educação Josué de Castro. Projeto pedagógico. **cadernos do Iterra**, Veranópolis, v. 1, n. 2, mai. 2001.

LETE, S. P. et al. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2007.

MANCIO, D.; MOREIRA, R. C. A dependência latino-americana e a reprimarização da economia. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2012.

MEDEIROS, L; LEITE, S. (Coords.). **Os impactos regionais dos assentamentos rurais**: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ. Relatório de Pesquisa. Convênio CPDA – UFRRJ/FINEP, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **O programa agrário do MST**. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

_____. Coletivo de Cultura do MST. **O MST e a cultura**: balanço histórico e desafios atuais. 2016, Mimeo.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. - São Paulo: Expressão; Rio de Janeiro: ASPTA, 2012. 400 p.

SILVA, D. N. L.; MARINHO, G. Férias de la Reforma Agraria del MST- Alagoas: la construcción de un nuevo proyecto de sociedad. **Revista América Latina en Movimiento**, n. 512. Ecuador, 2016.

VILLAS BÔAS, R. L.; CHÃ, A. M. Agronegócio e indústria cultural: as formas do showbusiness da oligarquia rural brasileira. In: FERNANDES, B. M.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária**: Brasil, América Latina e Caribe. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaurly da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC



CAPES